

# Lula e Bandung



» CRISTOVAM BUARQUE  
Professor emérito da  
Universidade de Brasília (UnB)

Em 1955, líderes mundiais se reuniram na cidade de Bandung, na Indonésia, para criar um movimento de países não alinhados com a União Soviética (URSS) nem com os Estados Unidos (EUA). Lutavam contra o colonialismo, pela soberania e pelo desenvolvimento nacional. Os líderes reunidos naquela conferência tornaram-se figuras icônicas em todo o mundo. Jawaharlal Nehru, Gamel Abdel Nasser, Chou En-Lai, Sukarno encarnaram o ideal de independência e progresso, simbolizando a possibilidade de que os países descolonizados superassem a pobreza e não fossem submetidos nem à Casa Branca nem ao Kremlin. No mundo inteiro, esses nomes passaram a significar independência e aspiração ao desenvolvimento econômico dos países libertados, livres da tutela das duas potências de então. Setenta anos depois, pode-se dizer que Bandung foi vitoriosa.

Os países da África, Ásia e América Latina venceram a luta pela descolonização e se industrializaram, urbanizaram e passaram a ter parcelas de suas populações vivendo nos níveis de vida equivalentes aos países desenvolvidos. A China transformou-se na segunda maior potência econômica do planeta e sua estabilidade política e o uso estratégico dos

recursos em prol do desenvolvimento tecnológico e econômico, além das relações internacionais de forma pragmática e respeitosa, indicam que em breve será a primeira potência. Enquanto a China oferece aeroportos, portos, rodovias e ferrovias, os EUA exigem submissão a seus valores culturais e ameaçam com tarifas e outras armas aos países que não seguem os desejos da Casa Branca, exigindo, inclusive, quebrar as regras e as leis para dar tratamento privilegiado aos políticos afinados e subordinados à sua vontade, mesmo se golpistas.

O desaparecimento da União Soviética, bem como a derrocada do socialismo, como alternativa social e econômica, somados ao avanço industrial das ex-colônias, fizeram parecer que não havia necessidade de movimentos de não alinhados. O mundo parecia caminhar para uma globalização com progresso econômico para todos, erradicação da pobreza e redução da desigualdade. Mas o crescimento econômico das últimas décadas não erradicou a pobreza, concentrou riqueza, induziu a migração em massa e provocou mudanças climáticas, criou as big techs, que se consideram donas do mundo. Diante dos limites ao crescimento, a democracia passou a erguer muros em vez de pontes entre ricos e pobres — entre países e também dentro deles.

É nesse contexto que os Estados Unidos elegeam Donald Trump, cuja postura nacionalista e isolacionista passou a assustar dirigentes ao redor do mundo, contrariados com as decisões do governo norte-americano, mas sem lideranças globais com força moral à altura do momento para enfrentar a volta do colonialismo. Nesse vazio de lideranças, ao enfrentar a imposição de tarifas para dominar o

funcionamento de nosso sistema judiciário, Lula se projeta como líder mundial, transforma-se na esperança de pessoas que, ao redor do mundo, estão revoltadas com os arroubos megalomaniacos, desvairados e irresponsáveis do Trump.

Essa reação do Brasil, independente das consequências ainda não conhecidas, porque novas armas podem ser usadas — bloqueio de portos, expulsão de alunos, rompimento de cooperação científica — está transformando o presidente Lula em um líder mundial. Não vai demorar para seu nome aparecer em manifestações de jovens ao redor do mundo. Bolsonaro e seus aliados ajudaram, Trump catapultou. Lula teve a firmeza e o vazio de lideranças mundiais fez aflorar um novo líder planetário. Mas, para além de aflorar, os líderes precisam se afirmar: liderar não é apenas enfrentar, precisa propor rumos.

Em Bandung, os líderes tinham dois propósitos: vencer o colonialismo político e o subdesenvolvimento econômico. Uma liderança nova precisa enfrentar Trump, mas também formular com racionalidade alternativa às grandes crises planetárias: a pobreza global, inclusive nos EUA, o desequilíbrio ecológico e suas catástrofes, a desigualdade e o desumanismo dos muros contra imigrantes que buscam sobrevivência, a força das big techs que se consideram donas do Planeta, a corrupção e o crime internacionais.

O Brasil não teve líder em Bandung, mas daqui pode surgir a liderança para um desenvolvimento humanista, em equilíbrio com a natureza e com justiça social, entendendo que, em 1955, o mundo ainda era a soma dos países, em 2025, cada país é um pedaço do mundo.

## 35 anos de ECA: proteção e direito à comunicação



» MAÍRA MORAES  
» CRISTIANE PARENTE  
Doutoras em comunicação  
e pesquisadoras em  
educação midiática

Em 1990, o Brasil deu um passo histórico ao promulgar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), reconhecendo crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e estabelecendo sua proteção integral como prioridade do Estado, da sociedade e da família. Trinta e cinco anos depois, celebramos conquistas importantes, mas também enfrentamos desafios persistentes que exigem atenção urgente.

Nos 30 anos do ECA, ressaltávamos a importância do direito à comunicação e da participação ativa de crianças e adolescentes na vida pública e midiática. Em 2025, esse debate ganha ainda mais força diante de um cenário digital complexo. A educação midiática e digital tornou-se essencial para garantir não apenas proteção, mas também autonomia e protagonismo desse público em um ecossistema marcado por desinformação, algoritmos e novas formas de violência.

Paralelamente, dados alarmantes mostram que a promessa do ECA ainda não alcança todas as infâncias, de acordo com a Ouvidoria Nacional do Ministério dos Direitos Humanos. No primeiro semestre de 2025, houve um crescimento de 30% nas denúncias de violações em relação a 2023. Em 119.319 denúncias, foram registradas 752.412 violações físicas, psíquicas, patrimoniais e negligência. Esse aumento pode indicar que a sociedade está menos tolerante ao silêncio diante de injustiças. Ainda assim, a persistente exclusão digital e o agravamento de desigualdades revelam que o ECA precisa ser efetivado como política pública cotidiana, garantindo escuta, dignidade e participação.

Apesar dos avanços normativos, parte da mídia e de autoridades ainda utiliza termos herdados do ultrapasado Código de Menores. O uso recorrente da palavra “menor”, por exemplo, carrega carga pejorativa e reforça visões subalternas. Expressões como “menor infrator” obscurecem a individualidade e os direitos previstos no ECA, que preconiza responsabilização com base em medidas socioeducativas, não punitivas.

A situação se agrava com a presença, ainda frequente, de termos como “prostituição infantil” ou “pornografia infantil” em discursos e manchetes. Segundo a SaferNet, essas expressões sugerem, mesmo que involuntariamente, algum tipo de consentimento da vítima, o que é inaceitável jurídica e eticamente. Crianças e adolescentes não se prostituem nem produzem pornografia: são vítimas de exploração sexual. A terminologia correta é fundamental para o enfrentamento do problema. Após 35 anos da promulgação do ECA e de uma atuação formativa de instituições como a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi) e a Associação de Jornalistas de Educação (Jeduca) e junto a jornalistas, por exemplo, esse debate não deveria mais ser necessário — mas é. E precisa ser contínuo.

A linguagem tem poder simbólico: pode proteger ou violar direitos. Por isso, é urgente que jornalistas, educadores, comunicadores e toda a sociedade adotem abordagens éticas e juridicamente alinhadas. Mais do que um erro de vocabulário, trata-se de um erro de reconhecimento e de humanidade. Palavras moldam mentalidades e legislações, por si só, não mudam práticas sociais se não forem acompanhadas por novas narrativas.

A perpetuação de estereótipos também pode ser alimentada se a mídia opta por matérias rasas e sensacionalistas. E quando não contextualiza ou educa, perde a chance de mostrar a complexidade de sujeitos em desenvolvimento. Pior: estimula reações instintivas e punitivistas, em vez de promover empatia e justiça. O jornalismo precisa contribuir para tornar o ECA conhecido, principalmente entre crianças e adolescentes, que devem aprender na escola que existe uma lei que os escuta, protege e os reconhece como cidadãos.

Celebrar os 35 anos do ECA é também reafirmar compromissos. É urgente investir em ações preventivas, ampliar o acesso à informação e orientar meninas e meninos sobre seus direitos. Ensinar sobre canais como o Disque 100, gratuito e anônimo, é dar ferramentas para romper o silêncio. Eles precisam saber que não estão sozinhos. Mais que protegê-los, é preciso escutá-los e enxergá-los como sujeitos plenos de direitos, protagonistas da sua história. O ECA é mais do que um marco legal, é um pacto vivo, coletivo, que deve se realizar todos os dias em todas as esferas da sociedade.

Maurenilson Freire



## Por que o PL da Devastação fere a Ecologia Integral e agrava a crise do clima?



» DOM VICENTE DE PAULA FERREIRA  
Bispo da diocese de Livramento de Nossa Senhora (BA) e presidente da Comissão Especial de Ecologia Integral e Mineração da CNBB

Justamente quando o mundo clama por medidas urgentes contra a emergência climática, o Congresso brasileiro aprova um projeto que pode aprofundar o colapso ambiental. Na madrugada do dia 17 de julho, a Câmara dos Deputados aprovou o PL 2.159/2021, conhecido como PL da Devastação, que agora aguarda a sanção presidencial. Trata-se de uma medida que flexibiliza as regras de licenciamento ambiental no Brasil. Assim, em vez de fortalecer as leis de proteção ecológica, a maioria dos Deputados Federais e Senadores opta por enfraquecê-las ainda mais, em um momento crítico para o futuro do planeta.

Essa escolha política, que ameaça diretamente os mecanismos de proteção da vida e dos ecossistemas, contraria princípios fundamentais de diversas tradições religiosas e espirituais — entre elas, a tradição judaico-cristã. “Então Deus viu que tudo que havia feito era muito bom” (Gn 1, 31), afirma o texto sagrado. O salmista reza: “quando vejo os teus céus, obra dos teus dedos, a lua e as estrelas, as coisas que criaste, que é o ser humano, para dele te lembrares, o filho do homem, para que o visites?” (Sl 8, 4-5).

A tradição judaico-cristã, ao compreendo de natureza acrescenta o de criação, conceituando a relação do criador com suas criaturas. E ensina que o ser

humano possui a nobre vocação de guardião da maravilhosa obra divina. Entretanto, a complexa crise socioambiental revela que nossa espécie é responsável pelo grande desequilíbrio do planeta. Realidade que tem levado cientistas a afirmarem que chegamos a um decênio decisivo (Marques, 2023). Temos que ter atitudes urgentes para o enfrentamento do aquecimento global que, como fruto das opções humanas, ameaça nossa vida na Terra.

Conscientes desses graves problemas climáticos e de nossa tarefa ética enquanto guardiões da criação, fomos surpreendidos pelo PL 2.159/2021. Este projeto de lei concede aos interesses econômicos o direito de autodeclaração do que considerarem de baixo impacto. A própria empresa, por exemplo, uma mineradora, é que vai dizer se uma área a ser explorada necessita ou não de licença ambiental.

De fato, flexibilizar as leis que protegem nossa biodiversidade é reforçar os empreendimentos predatórios. Conceder ainda mais autonomia a essas atividades para avançarem sobre territórios indígenas, comunidades tradicionais e quilombolas, afetando nossos biomas, comprometendo a estabilidade hídrica e a preservação dos rios, é colaborar diretamente com o agravamento da crise climática. A exploração abusiva da natureza sustenta um modelo de consumo insustentável, guiado principalmente pelos interesses das elites econômicas globais. Essa parcela mais privilegiada e concentradora de poder e riqueza no planeta é o grupo que mais polui o ar e acelera as mudanças climáticas. Nossas matas ciliares, áreas de recarga hídrica, zonas úmidas serão atingidas, ainda mais, em nome de poder e dinheiro. Além de ser inconstitucional, o projeto da devastação não afetará apenas o Brasil, mas

também a Bolívia, o Peru, o Paraguai, o Uruguai e outros países. O pior cenário seria a perda de sustentabilidade da Amazônia enquanto ecossistema tropical. Bioma que não possui 18% de sua floresta original.

Igrejas e a sociedade não podem compactuar com esse projeto da devastação, pois ele vai acelerar o ecocídio e agravar a crise climática. Não precisamos de mais projetos que contradizem os princípios da ecologia integral, atacando territórios, vidas humanas e mudando o clima, em nome da ganância. Não é por acaso que nosso país amarga índices muito altos de violência contra ambientalistas. Basta de ameaças, perseguições e mortes de defensores dos direitos humanos e da natureza. Com a proximidade da COP30 no Brasil, o que esperamos é um pacto pela ecologia integral.

Recentemente, as conferências e os conselhos episcopais católicos da África, Ásia e América Latina e Caribe publicaram uma mensagem intitulada “Um chamado por justiça climática e a casa comum, conversão ecológica, transformação e resistência às falsas soluções”. Trata-se de uma denúncia contra o chamado capitalismo verde, que continua maquiando a realidade para favorecer o extrativismo ilimitado. O documento também anuncia que a sustentabilidade está na defesa da ecologia integral enquanto paradigma para uma nova forma de relação do ser humano com a criação. Propõe reais alternativas de proteção do meio ambiente e da sociedade que estão em curso nas sabedorias de nossos povos e na resistência de muitos movimentos sociais. Pois não podemos sonhar com uma existência saudável se, em nome do lucro, estamos alterando o clima a ponto de nossa vida ficar insustentável neste planeta. É por tudo isso que dizemos NÃO ao PL da Devastação.